



Imagens de um Encontro com o Outro: Sobre a Relação Entre Experiência e Pesquisa para Pensar Juventudes e Cibercultura¹

Sarah Nery Siqueira CHAVES²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O artigo parte dos conceitos de *experiência* e de *sujeito da experiência*, de Jorge Larrosa, para problematizar o papel do pesquisador frente ao objeto de pesquisa. Para isso, produz uma narrativa sobre a construção do próprio objeto de estudo da autora, que procura pensar juventudes e cibercultura no campo da Educação. A partir, então, de uma experiência junto ao movimento *occupy* brasileiro, com o pequeno Ocupa Niterói, o objeto de estudo é construído, seguindo a abordagem teórico-metodológica de perspectiva sócio-histórica, cuja ênfase na alteridade e no dialogismo permite que a pesquisa seja desenvolvida “com” os sujeitos pesquisados e não “sobre” eles.

PALAVRAS-CHAVE: experiência; alteridade; juventudes; cibercultura; *occupy*.

TEXTO DO TRABALHO

*“Pois o que lhe surgia nesses sonhos era a voz do espírito,
que também o convocou um dia, como a todos os homens”*

Walter Benjamin,
“A experiência”

Como se chega a ser o que se é? Ou mais especificamente: como um objeto de pesquisa chega a ser o que ele é? Este pequeno artigo propõe uma reflexão sobre a relação entre experiência e pesquisa, que pode servir como um norte (mas sem bússola) para o encontro do pesquisador com seu objeto de estudo. A partir do *sujeito da experiência* de Jorge Larrosa (2002; 2008), que nos convoca à abertura, à disponibilidade e à vulnerabilidade frente ao encontro com o outro, propomos aqui um exercício de narrativa e de memória, conseqüentes de um exercício de experiência. Experiência esta

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Jornalista, mestre em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ), doutoranda em Educação (Proped/UERJ). E-mail: sarah.nery@terra.com.br



entendida a partir da perspectiva de Larrosa, que por sua vez bebe na fonte de Walter Benjamin. Nossa intenção é, como nos ensina a professora Rita Ribes Pereira (2011), dar acabamento a um possível objeto de estudo, enquanto damos acabamento a nós mesmos, e vice-versa.

O tipo de experiência que Larrosa propõe nos convida a revisar de maneira profunda e às vezes incômoda a nossa relação com o mundo, com os outros e com nós mesmos, especialmente no campo da pesquisa. Na definição desse autor, “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca.” (2002, p. 21). Muitas coisas passam conosco diariamente, mas poucas coisas *nos* passam, *nos* acontecem. Ele concorda com Benjamin sobre a pobreza de experiência do mundo³ e enumera alguns motivos da sua extinção entre nós, dentre eles: o excesso de informação, o excesso de opinião, a falta de tempo e o excesso de trabalho (2002). Todos esses fatores, além de não darem espaço para a experiência em nossas vidas, seriam verdadeiras antiexperiências, o contrário dela, e responsáveis por sua aniquilação. Como contraponto a esse sujeito da informação, da opinião, da velocidade e do trabalho – este sujeito que somos a maioria de nós -, ele nos apresenta o *sujeito da experiência*, que “se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura” (Idem, p. 24).

O sujeito da experiência nos convida a uma pausa, a um gesto de interrupção para que algo nos aconteça, para que algo nos toque. Sabemos, no entanto, da dificuldade de executá-la. Ainda assim, insistimos. Recentemente, estive intencionalmente em busca da experiência por um motivo: só ela poderia trazer de volta o sentido da pesquisa a qual me propus, que por carecer de um sentido originário da própria vida, encontrava-se sem perspectiva. “De onde emergem nossas questões de pesquisa? Em que medida elas respondem às demandas da vida?” (PEREIRA, 2011, p. 2) - estas foram as perguntas que mobilizaram a presente reflexão. No momento em que me encontrei (ou me perdi) sem objeto de estudo no doutorado, estive paralelamente imersa em textos sobre experiência de Larrosa e Benjamin. Foi assim que percebi que a busca pelo objeto seria, na realidade, a busca pela experiência.

³ BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: Obras Escolhidas vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.



Mas como fazê-lo? Não estamos acostumados a tal prática e este convite à experiência pode se tornar aterrorizante num contexto de produção acadêmica. Quais os limites que separam a experiência da ciência? Devemos relacioná-la a um tipo de empiria ou etnografia? Mais importante - e desafiador - que adotar o conceito de experiência na pesquisa é incorporá-la como procedimento metodológico. Carregamos conosco uma carga científica que por séculos expurgou esse conceito (e essa experiência) de suas práticas, privilegiando experimentos de pretensões assépticas, sem muitos contatos ou trocas entre pesquisadores e pesquisados. No campo da Educação, entretanto, encontramos um grupo de autores dispostos a não mais somatizar o pano de fundo afetivo que ronda suas pesquisas, mas encará-lo a fim de compreender melhor seus objetos e enriquecer de sentido o seu trabalho⁴. Já que inevitavelmente a experiência é o campo onde a pesquisa acontece, nossos temas e objetos são encontrados lá, nesse lugar também chamado Vida. Não contemplá-la, portanto, torna a análise incompleta, ausente, omissa. Resgatar e incorporar a experiência em nossos textos contribui não só para a nossa compreensão do sentido da pesquisa, mas também, num gesto de generosidade e integridade, torna-a clara para o leitor, aproximando-o ou não do pesquisador. Vamos então à narrativa.

Um tema em busca de objetos

Como acontece com muitos recém-ingressos em programas de pós-graduação, o projeto de pesquisa com o qual entrei no doutorado se desintegrou aos primeiros momentos do curso. Isso é um fenômeno comum, por isso compreensível à maioria das pessoas que me consolaram ao escutar a frase “não tenho objeto” ao longo do primeiro ano do doutorado em Educação (Proped/UERJ). Ao mesmo tempo, todos consideravam compreensível isso estar acontecendo no “primeiro ano do curso”, ficando gentilmente claro que tal compreensão teria um prazo de validade definido. Ao término deste ano eu tinha muitas ideias mas nenhum objeto de fato. Eu era um tema ambulante em busca de objetos. O tema da pesquisa é: “*Cibercultura e os modos juvenis de dizer-se*”, que faz parte do projeto de pesquisa⁵ do grupo Infância, Juventude, Educação e Cultura (IJEC),

⁴ Muitos participam dos programas de Educação no Rio de Janeiro: Rita Ribes Pereira, Maria Luiza Oswald, Sônia Kramer, Lúcia Rabello de Castro, Carlos Roberto Carvalho, dentre outros.

⁵ “Educação e processos comunicacionais pós-massivos: implicações para práticas educativas em espaços formais e não-formais de educação” (2011-2014)



vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, do qual faço parte desde 2011.

Pensar em juventude e cibercultura é algo tão gigantesco e plural no momento em que estamos, que tal temática não facilita necessariamente a identificação de objetos. Pesquisadores nos apresentam um universo no qual os jovens contemporâneos, os chamados “nativos digitais” ou “geração da rede”⁶, reconfiguram os modos de ser e agir em sociedade, impulsionando transformações significativas em diferentes campos, especialmente no trabalho, no lazer, na educação, provocando significativas interferências nos processos de ensino-aprendizagem e desafiando as instituições tradicionais, especialmente a escola, a se adaptarem ao novo contexto. Na maioria dos casos, percebem-se essas mudanças não só do ponto de vista tecnológico, mas principalmente do ponto de vista cultural. Por isso tantas obras sobre o tema que têm a cultura como pressuposto: Cibercultura (Lévy), Cultura da Interface (Johnson), Cultura da Convergência (Jenkins), Cultura da Participação (Shirky). Tentar compreender tais fenômenos enquanto eles ocorrem é também tarefa difícil, mas de grande importância e condizente à abordagem sócio-histórica proposta por Freitas (2010) a partir das leituras de Bakhtin, Vigotsky e Benjamin, que nos auxiliam nesse aspecto.

Antes de chegar ao doutorado, meus interesses de pesquisa estiveram relacionados à rua, ao ordinário, ao cotidiano, aos anônimos – e às narrativas que faziam deles. Na graduação em Jornalismo, João do Rio me surgiu como objeto e me revelou o amor à rua, a prática de flunar pela cidade e a descoberta dos incríveis sujeitos que se encontram por toda a parte, muitos dos quais estamos tão acostumados a vê-los que nem os vemos mais. Eu demorei anos para perceber as óbvias relações que existem entre este meu primeiro objeto de estudo e o segundo, do mestrado em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ), quando Regina Casé foi a escolhida. O amor pela rua e pelas gentes ordinárias (ou infraordinárias⁷) estava novamente ali, assim como a inserção de uma representação popular diferenciada em seu meio. No entanto, nos dois casos, senti um incômodo provocado por suas narrativas (escritas ou televisuais) que falam pelo outro a partir de um lugar privilegiado de enunciação, que seus personagens não possuem.

⁶ CHUN, W. H. K.. “Imaginando nômades”. Em: BEIGUELMAN, G.; FERLA, J. L. *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

⁷ PEREC, Georges. *L'infra-ordinaire*. Paris: Seuil, 1989



Quem tem o direito de fala na sociedade? O que diriam os personagens silenciados da história se tivessem a oportunidade?

Sem necessariamente ter consciência disso, meus interesses de pesquisa da graduação ao doutorado foram se delineando em torno da palavra *alteridade* e da enigmática relação com o Outro, escrito então com letra maiúscula para marcar a sua diferença cultural em relação ao Eu da enunciação. Solidarizei particularmente com a causa dos que são considerados menores, dos que são postos em baixo, dos subalternos, dos marginalizados. No entanto, diferente de João do Rio e de Regina Casé, considerei de grande indelicadeza conduzi-los ao discurso, transformá-los em texto, coisa que Foucault (1996) observou como uma violência que fazemos às coisas e que Certeau (2002) também me convenceu ser de fato impossível, pois há sempre algo que escapa ao texto - e este algo seria justamente o Outro. Naquele momento, o encontro com a alteridade acontecia de maneira sublime e extraordinária para mim apenas fora da representação, ainda que, paradoxalmente, as narrativas sobre outros tão incríveis me encantassem e comovessem, pareciam sempre transformá-los em “produto utilizável”, como escreveu Certeau, tornando-os assim inacessíveis. Pergunto-me: a experiência também está fora da representação?

Larrosa afirma que o desejo de experiência é também um desejo de alteridade. “Mas de uma alteridade que não tenha sido anteriormente capturada pelas regras da razão identificante e identificadora. Uma alteridade que se mantenha como tal, sem identificar, em sua dimensão de surpresa” (2008, p. 187). Sempre aproximando suas reflexões sobre experiência e alteridade ao campo da pesquisa, Larrosa afirma ainda que estes sujeitos outros (dentre eles, as crianças – e, podemos dizer, os jovens) não são objetiváveis pelo saber acadêmico nem servem aos nossos propósitos. Para ele, a experiência da criança como outro é “o encontro com uma verdade que não aceita a medida de nosso saber” (1998, p. 71) e também “um encontro com o estranho e com o desconhecido que não pode ser reconhecido nem apropriado” (p. 85).

A infância como algo outro não é o objeto (ou objetivo) do saber, mas o que escapa a qualquer objetivação e o que desvia de todo objetivo: não é o ponto de ancoragem do poder, mas o que marca sua linha de despenhadeiro, seu limite exterior, sua absoluta impotência; não é o que está presente em nossas instituições, mas o que permanece



ausente e inabarcável, brilhando sempre fora de seus limites.
(LARROSA, 1998, p. 70)

Esse aspecto da alteridade é muito caro a mim. Como então pesquisar e consequentemente escrever sobre esses sujeitos no campo acadêmico se eles escapam a qualquer objetivação e desviam de todo objetivo? O Outro permanecerá ausente e inabarcável; estará sempre fora do texto. Apesar de argumentos contrários e de produtos de grande beleza que também me convencem da necessidade de narrar (inclusive para propor representações contra-hegemônicas e generosas sobre estes personagens silenciados), sempre me parecia afinal que não valeria a pena insistir e que a saída para o impasse seria não-escrever, não-produzir, não torná-los um produto utilizável pelo poder, mas apenas viver a experiência inabarcável, estar em contato com o outro fora da representação, silenciosamente. Larrosa felizmente nos acena com uma saída: na impossibilidade de narrá-los, resta-nos “uma imagem do encontro com o outro”, uma imagem *a partir* do encontro com o outro: “um autêntico face a face com o enigma, uma verdadeira experiência”, diz ele (Idem, p. 85). Nesse sentido, o pesquisador aparecerá no texto como o sujeito da experiência que narra e compartilha com seus leitores o que o aconteceu, o que o passou durante seu encontro com o outro.

Juventude e Cibercultura: o que nos passa?

Retomando então a proposta de pensar juventude e cibercultura, passei a vasculhar em minha memória e no mundo o que me mobilizava a pesquisar, o que *me* passava em relação a esse universo. Num primeiro momento pensei que seriam os *hackers*⁸ e os piratas virtuais que me instigavam a pensar novas relações com o conhecimento a partir dos usos da internet. Esses sujeitos me interessavam por tornarem visível a existência de uma arena de disputa virtual entre o poder instituído em códigos fechados e limites de conduta (*copyright*), e ações de resistência e de manutenção da liberdade da rede, com a criação de softwares livres, liberação de conteúdos gratuitos e abertos para recombinações (*copyleft*), além de invasões e “pichações⁹” em sistemas privados (em

⁸ Indivíduos com grande conhecimento e domínio da linguagem de informática e de programação web, que utilizam seus códigos para melhorá-los. Eles defendem uma cultura e ética próprias, buscando diferenciarem-se do que eles preferem chamar de *crackers*, aqueles que invadem e quebram sistemas de forma maliciosa e criminosa. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hacker>.

⁹ Os *crackers* que assinam ou deixam mensagens nas páginas que invadem são também chamados de “pichadores de sites”, o que torna inevitável pensar a relação entre eles e os pichadores das ruas, pois ambos parecem ter a necessidade, dentre outras coisas, de reconhecimento. Sobre o tema da pichação, ver: OLIVEIRA, Gustavo Rebelo



sites de empresas ou governamentais), expondo a vulnerabilidade de seus códigos de segurança (esses seriam os chamados *crackers*). Dentro do contexto da alteridade, esses sujeitos sinalizam um universo oculto para a maioria dos internautas comuns, que não compreendem suas práticas e as consideram ameaçadoras. Seriam mesmo? A quem eles ameaçam? No entanto, considerei que a virtualidade e o anonimato de suas práticas poderiam comprometer uma pesquisa de campo e acabei descartando essa possibilidade momentaneamente.

Margeando essas questões e partindo para um viés mais culturalista, pensei sobre a mudança da representação dos chamados *nerds* (que quando dedicados ao universo da tecnologia são também conhecidos como *geeks*), que até o começo dos anos 90 eram representados de maneira hegemonicamente negativa, como aqueles que apenas se dedicam a atividades intelectuais em detrimento de outras atividades físicas e sociais, sendo estereotipados como “*losers*” (perdedores) principalmente pela cultura norte-americana. No entanto, após a ascensão social de grandes *nerds/geeks* como Bill Gates, Steve Jobs e, mais recentemente, Mark Zuckerberg, esta visão foi se transformando a partir de modelos de sucesso (o estereótipo do “winner”), que em plena “sociedade do conhecimento” e do domínio das tecnologias digitais são os precursores das transformações sociais e detentores de grandes fortunas. O maior indício dessa mudança está claro no slogan “o mundo é dos *nerds*” que tem sido disseminado pelas mídias. Apesar de apresentar uma relação interessante entre juventude e cibercultura, ainda não era esse o objeto que eu procurava.

E então, enquanto eu mergulhava em textos, sites e trabalhos em busca do tal objeto (que tive vontade de arremessá-lo contra alguém quando o encontrasse), algo de extraordinário acontecia no mundo e eu não tive tempo de perceber no meu excesso de informação, de velocidade e de trabalho. Ao longo do ano de 2011, ano dessa busca acadêmica, muitos fenômenos sociais aconteciam no mundo e careciam de um olhar mais demorado que custei a dar. Tudo parece ter começado no dia 17 de dezembro de 2010, quando o vendedor ambulante de frutas Mohamed Bouazizi queimou seu próprio corpo em protesto contra o Estado da Tunísia, que confiscou sua única ferramenta de



trabalho após tentativas de suborno e humilhação. Segundo o seu verbete na Wikipédia¹⁰, Bouazizi perdera o pai aos três anos de idade e, desde os 10, vendia nas ruas após a escola para ajudar a família. Sua renda girava em torno de 75 dólares mensais. Sua autoimolação – e morte 18 dias depois - gerou uma onda de revolta na população tunisiana que culminou com a renúncia do então presidente Bem Ali, há 23 anos no poder, e se espalhou por países vizinhos, como Argélia, Jordânia, Egito e Iêmen. Esta onda de protestos ficou conhecida como “Primavera Árabe”, e já derrubou três chefes de Estado que há décadas se mantinham no poder.

A forte mobilização popular nas ruas e o chamado para a ocupação das praças, como foi o caso da Praça Tahir, no Cairo, que reuniu milhões de pessoas em janeiro de 2011, contagiou diversos países vizinhos, inclusive na Europa, onde a crise econômica também chegava ao seu limite. A Espanha foi um dos primeiros países europeus a indignar-se, em 15 de maio de 2011 (por isso o movimento foi conhecido como 15-M ou Indignados), quando os cidadãos se organizaram espontaneamente para ir às ruas em 58 cidades espanholas. Todas essas convocações eram organizadas pela internet, em redes sociais e outras plataformas digitais¹¹, e foram amplamente compartilhadas mundialmente pela rede. Como consequência de tamanha ebulição social, começaram as primeiras mobilizações pela internet para organização de protestos semelhantes nos Estados Unidos, com data marcada para 17 de setembro de 2011. Inspirados na ocupação pacífica da Praça *Puerta del Sol*, em Madrid, quando os manifestantes decidiram ficar acampados no local, os ativistas norte-americanos já convocavam a população com esta finalidade: “ocupar” as praças do centro econômico do planeta, com o mote “*Occupy Wall Street*”. Centenas de cidades dos Estados Unidos aderiram ao movimento, que se espalhou ainda por outros países, inclusive o Brasil, onde registramos ocupações no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Vitória, Salvador, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, dentre certamente outros. O site “*Occupy Together*” (occupytogether.org) registrou mais de duas mil ocupações em todo o planeta, que reivindicavam um novo modelo de cidade, de país e de mundo.

Infelizmente, não podemos nos aprofundar agora em todos os detalhes desses acontecimentos, que são muitos e muito relevantes. A questão é que enquanto isso

¹⁰ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mohamed_Bouazizi. Acesso em: 18 de janeiro de 2012.

¹¹ Os protestos espanhóis teriam sido convocados pelo site *Democracia Real Ya!* (<http://www.democraciarealya.es/>)



acontecida, eu não me dava conta, como cidadã, da grandiosidade do fenômeno e da importância de fazer parte, até porque a mídia tradicional não nos permite alcançar as causas dos fatos que apresenta, e, por outro lado, o excesso de conteúdo da internet também nos dispersa, como alertou Larrosa anteriormente: “Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara.” (LARROSA, 2002, p. 21) Alguns amigos se envolviam com o Ocupa Rio, que acontecia na Praça da Cinelândia desde o dia 15 de outubro de 2011 (durou até o dia 5 de dezembro), com grande adesão. Mas eu não tinha tempo. Foi então que algo me aconteceu. E aconteceu pelo *Facebook*.

Ex-posição: rumo a uma direção desconhecida

Sem que eu pedisse, um amigo me incluiu num grupo do Facebook chamado “Ocupa Niterói”. Achei interessante a ideia de que algo desse tipo acontecesse na cidade onde moro. Eles se preparavam para uma ocupação de algum espaço público local, se reuniam em “assembleias” e se dividiam em Grupos de Trabalho de áreas variadas: Infraestrutura, Comunicação, Jurídico etc. (É interessante como que para criar algo novo, utilizamos nomenclaturas antigas). No dia marcado para a ocupação da Praça Getúlio Vargas, 6 de dezembro de 2011, confirmei presença no evento criado no *Facebook* e fui. Um pequeno grupo de 10 jovens esteve presente nos primeiros momentos. Uma parte do grupo confeccionava cartazes enquanto outra argumentava com um Guarda Municipal. Achei que já eram os primeiros sinais de repressão ao ato, mas para a minha surpresa a discussão girava em torno de ser proibido deitar no banco da praça. Enquanto a discussão acontecia, um indignado permanecia deitado, em silêncio, enquanto os outros argumentavam em vão. Como era de se esperar, se não era permitido deitar no banco da praça, que dirá acampar durante alguns dias. Um cinco barracas foram montadas na praça de manhã e no mesmo dia à noite foram retiradas pela Polícia Militar e Guarda Civil de forma arbitrária, já que é constitucional a manifestação e permanência pacífica em locais públicos (artigo 5º). Nossas armas naquele momento foram o diálogo embasado na legalidade do ato (com a ajuda de políticos de esquerda que manifestaram apoio ao ato), a resistência pacífica por meio de uma corrente humana ao redor das barracas, mas, especialmente, com inúmeras câmeras e celulares que filmavam tudo o que acontecia. As armas deles foram a força, a autoridade da farda e das armas, e um ser superior, chamado Secretário Municipal de Segurança Pública, que ordenou que fossem retiradas as barracas e pronto. Como a



praça era em frente à Praia de Icaraí, fomos todos para lá (nessa altura havia umas 30 pessoas) e fizemos nova assembleia para discutir os rumos do movimento. Por ser área de responsabilidade da Marinha, não fomos incomodados ali e ali permanecemos até o fim do mês. Assim começou o Ocupa Niterói.

Os participantes do movimento eram jovens de 17 a vinte e poucos anos, estudantes secundaristas ou universitários em sua maioria. O fato de serem muito jovens (o acampamento aconteceu em dezembro, época de férias escolares) e supostamente inexperientes foi um dos pontos de crítica ao movimento local, o que merece uma reflexão acerca da visão adultocêntrica e do “olhar filisteu” de que nos fala Benjamin. Eu mesma tive que ouvir dos meus pais essa reclamação: que eu não deveria estar no meio deles, que eram muito jovens e alunos, enquanto eu já era professora, doutoranda, mãe. O medo deles dizia respeito em grande parte ao olhar panóptico do mercado, que tudo vê e que poderia não gostar desse ato de rebeldia. Eu, pelo contrário, considerava de grande coerência estar ali, convidando inclusive meus alunos a participarem através do nosso próprio grupo do curso no *Facebook*.

O fato de serem muito jovens, pelo contrário, me encantava pela possibilidade de eles estarem fazendo algo tão grandioso. Cheguei disposta a aprender com eles e não a ensinar. Me apresentei ali como uma cidadã, não só niteroiense como planetária, interessada na mudança necessária do planeta. Mas assumo também que dava-me uma certa tranqüilidade o fato de eu ainda ser considerada jovem em meus 29 anos, no atual conceito estendido de juventude. Eu tomava consciência disso durante o processo: pensava o quanto ainda “podia” estar ali por ainda estar próxima deles nos meus vinte e tantos anos, assim como sinto em relação aos meus próprios alunos universitários, quando eles me dizem que eu não tenho “cara de professora”. Essa relação entre gerações merece aprofundamento.

Mas enquanto tudo isso acontecia, eu não racionalizei a experiência. Não imaginei que ali mesmo poderia estar se delineando meu objeto de pesquisa. Eu estava simplesmente ali, presente, vivendo aquele momento fora da objetivação, apenas sendo, e não me importando com esses julgamentos que me rondavam e tentavam coibir minhas ações. Percebo agora estar exercendo aquilo que o sujeito da experiência propõe, como nos informa Larrosa: “O sujeito da experiência é um sujeito ex-posto, ou seja, receptivo,



aberto, sensível e vulnerável. Além de ser também um sujeito que não constrói objetos, mas se deixa afetar por acontecimentos” (2008, p. 187). Larrosa diz também que o sujeito da experiência “está disposto a perder pé e a deixar-se derrubar e arrastar por que lhe sai ao encontro: o sujeito da experiência está disposto a transformar-se numa direção desconhecida” (1998, p.85). Foi isso o que de fato me aconteceu.

Com a proximidade do ano novo, decidimos retirar o acampamento da praia, que ficaria intransitável para a festa de réveillon. E foi só após encerrada a primeira fase do Ocupa Niterói que minha ficha caiu: o objeto poderia estar ali. O movimento *Occupy* em meio à contextualização em que está inserido serve como campo para se pensar inúmeras questões acerca da juventude, que se organiza por meio da cibercultura e valoriza também o encontro presencial e as ações efetivas de transformação social. Não foram poucas as polêmicas entre a relação Facebook-Praça (neste caso, Facebook-Praia), já que no grupo virtual havia 700 pessoas inscritas e na ocupação presencial algo em torno de 20. Inclusive por isso alguns dos indignados niteroienses se indignaram também com o grupo do *Facebook* e preferiram ficar *offline* na praia, onde as coisas estavam efetivamente acontecendo. Percebi também a importância vital de estarmos ali no espaço público, como uma *Ágora*, abertos a todos os cidadãos que quisessem aproximar-se e dialogar, mas ao mesmo tempo precisávamos do *Facebook* e do *website* próprio (ocupaniteroi.org) para alimentar outros tantos cidadãos que não estavam ali de informações necessárias à mobilização. Ficou claro que a mobilização virtual precisa da mobilização física e vice-versa.

Pensar o movimento global *Occupy* no contexto das manifestações do ano de 2011, observar as especificidades e generalidades das ocupações nacionais, e, a partir da convivência e colaboração com o pequeno Ocupa Niterói, interagir com os jovens envolvidos com esses acontecimentos, pode fazer-nos dialogar com os macro e micro ambientes em que os fenômenos aconteceram (e continuam acontecendo), assim como também revelam a óbvia relação local-global e os indícios verdadeiros de uma ciberdemocracia (Lévy) e de uma cidadania planetária. O papel da internet e da comunicação em rede nesse processo é incontestável, assim como o protagonismo das juventudes. Temos aí alguns dos elementos que buscávamos: juventude, cibercultura, alteridade, experiência. Seria um encontro?



REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. “Experiência e Pobreza”. In: **Obras Escolhidas** vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996

FREITAS, M. T. de A.; RAMOS, B. S. (orgs.). **Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção**. Juiz de Fora: Ed. EFJF, 2010

LARROSA, Jorge. “Desejo de realidade – Experiência e alteridade na investigação educativa”. In: BORBA, Siomara e KOHAN, Walter (Org.). **Filosofia, aprendizagem, experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11. jan/abr 2002. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf

_____. “O enigma da infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro”. In: LARROSA, Jorge e LARA, Núria Pérez (Org). **Imagens do outro**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999,

PEREIRA, Rita Ribes. “A pesquisa como experiência estética”. In: PASSOS, Mailsa e PEREIRA, Rita Ribes. **Educação, experiência, estética**. Rio de Janeiro: NAU, 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JOHNSON, STEVEN. **Cultura da interface**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SHIRKY, Clay. **A Cultura da Participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CHUN, W. H. K.. “Imaginando nômades”. Em: BEIGUELMAN, G.; FERLA, J. L. **Nomadismos tecnológicos**. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.